



CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026/FSCMPA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900 \_\_\_\_/2026/FSCMPA  
PAE Nº E-2026/2789120

INSTRUMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NO TRANSPLANTE RENAL PEDIÁTRICO E ADULTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDA:

A **FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMPA**, órgão da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, com personalidade, jurídica de direito público, sito à Rua Oliveira Belo, 395, bairro do Umarizal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.929.345/0001-85, designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, **Dr. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM nº 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.646.922-20, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/Pará, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_ doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo **Sr. \_\_\_\_\_**, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade ao disposto na Lei Federal nº14.133/2021, Decreto Estadual nº2.940/2023, demais legislações aplicáveis e mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**



1.1- O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/2026/FSCMPA e aos termos da proposta vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

2.1- A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer nº \_\_\_\_/2026-NPRO, nos termos do art. 53, Parágrafo Primeiro, da Lei Federal nº14.133/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1- O presente Instrumento Contratual tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NO TRANSPLANTE RENAL PEDIÁTRICO E ADULTO**, para atendimento aos pacientes do Sistema único de Saúde-SUS da



 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

FSCMPA, de acordo com o Memorando nº092/2026–CSUP-FSCMPA e conforme as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, Proposta da CONTRATADA e discriminação abaixo:

**ANEXO I**  
**TABELA DE VALORES**

Nº	TIPO DE PROCEDIMENTO	QUANT. ANUAL ATÉ *	VALOR (R\$)	
01	Consultas Ambulatoriais Pré e Pós Transplante Renal Adultas e Pediátricas	3.600	R\$314.685,33(mensal)	
	Visitas Diárias (a pacientes internados)	4.000		
	Equipe multidisciplinar (enfermagem, serviço social, psicólogo)	05		
	Assistente Administrativo	02		
	Equipe Médica (Nefrologistas, Urologistas, Vascular, Anestesista)	10		
<b>Valor Subtotal 1</b>			<b>R\$3.776.223,96 (anual)</b>	
			<b>Estimado Mensal</b>	<b>Estimado Anual</b>
02	Procedimentos cirúrgicos- Retirada Uni/Bilateral de rim (Doador Falecido)*	96	R\$9.520,00	R\$114.240,00
03	Procedimentos cirúrgicosNefroureterectomia Unilateral para transplante (Doador Vivo)*	144	R\$13.892,04	R\$166.704,48
04	Procedimento cirúrgico -Transplante do rim receptor. (Doador Vivo)*	144	R\$101.737,36	R\$1.408.366,80
05	Procedimento cirúrgico -Transplante do rim receptor. (Doador Falecido)*	96	R\$101.737,36	R\$1.220.848,32
<b>Valor Subtotal 2</b>			<b>R\$2.910.159,60</b>	
<b>Valor Total 1 + 2</b>			<b>R\$6.686.383,56</b>	

No que diz respeito a Referência de Preço dos Procedimentos: O valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 6.686.383,56 (seis milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos). Os valores dos serviços a serem contratados estão em consonância com os parâmetros estabelecidos no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, cujos valores unitários dos procedimentos encontram-se especificados no Sistema de Gerenciamento da referida tabela, disponível em: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/publicados/consultar> Os valores foram complementados conforme os parâmetros aprovados na Resolução CIB nº 05, de 13 de fevereiro de 2017, observando-se a

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

complexidade assistencial, a natureza especializada dos serviços e a necessidade de manutenção da continuidade da assistência transplantadora no âmbito da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Atendimento em regime ambulatorial - Os pacientes registrados na fila do transplante no Ministério da Saúde, chegam ao ambulatório encaminhado pela Central Estadual de Regulação Apoio técnico - atendimento direto a assistência à saúde em funções de apoio (contato indireto).

4.2 Encaminhamento para cirurgia eletiva – do ambulatório de Transplante renal Adulto e Pediátrico.

4.3 Doadores In-vivo, e doador falecido, seguirá os fluxos estabelecidos da internação e procedimentos da FSCMPA.

4.4 Rotina de consulta ambulatorial – As consultas médicas ambulatoriais ocorrerão de segunda-feira à sexta-feira, em horário administrativo, conforme agenda estabelecida pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA.

4.5 Os serviços objeto desta contratação serão executados de forma contínua, observando-se as necessidades assistenciais do Programa de Transplante Renal Adulto e Pediátrico da FSCMPA, incluindo atendimento ambulatorial em horário administrativo, procedimentos eletivos programados, cobertura de sobreaviso, intercorrências e atividades transplantadoras, garantindo assistência ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive finais de semana e feriados.

4.6 A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços médicos e multidisciplinares é essencial para a realização dos transplantes renais, tanto pediátricos quanto adultos. Para garantir a execução adequada desses procedimentos, é necessário que a empresa contratada disponibilize, no mínimo, as especialidades médicas e a equipe multidisciplinar listadas a seguir, assegurando a cobertura transplantadora/intercorrências, com funcionamento ininterrupto, 24 horas por dia, 7 dias por semana;

- Médicos cirurgiões Urologistas (02), Vascular (02), Anestesista (02), com formação e treinamento em Transplante Renal.
- Nefrologistas Adulto e Pediátrico- (04)
- Enfermeiros - (02)
- Assistente Administrativo - (02)
- Assistente social - (02)
- Psicólogo – (01)

As atividades consistem em:

- Recepcionar, registrar e orientar marcação de consultas;
- Fazer busca ativa de pacientes com perfil para transplante renal, adulto e pediátrico.
- Proceder à consulta médica, psicológica, de assistência social, de nutrição, de enfermagem;



**Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento**

Página 3 de 17

Rua Oliveira Belo, 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP 66050-380 – Tel (091) 3251-7430

[contratos@santacasa.pa.gov.br](mailto:contratos@santacasa.pa.gov.br)

CNPJ: 04.929.345/0001-85

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

- Acompanhar o paciente na enfermaria;
- Realizar procedimentos médicos de pequeno, médio e grande porte;
- Realizar procedimentos terapêuticos, que requeiram preparação e/ou observação médica posterior, por período de até 24 horas;
- Coordenar as agendas dos procedimentos, avaliações e exames a serem realizados no âmbito do programa de transplante renal, assim como a orientação dos pacientes quanto ao acompanhamento dessas datas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA JUSTIFICATIVA

5.1- A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará é um Hospital de referência para a Linha Materno-Infantil e apresenta 144 leitos de neonatologia, 96 leitos de enfermaria pediátrica, 30 leitos de UTI pediátrica, 87 leitos de enfermaria adulto, 20 leitos de UTI adulto, 145 leitos obstétricos, recebendo pacientes dos 144 municípios do Estado do Pará e de outros Estados.



5.2- A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará é atualmente credenciada para realização de Transplante Renal Adulto e Pediátrico, sendo o Serviço de Urologia Pediátrico, juntamente com a Nefrologia Pediátrica, o alicerce para o preparo do seguimento de alguns desses pacientes em terapia renal substitutiva.

5.3- Faz-se necessário estruturar serviço de Transplante Renal Adulto e Pediátrico para viabilizar o diagnóstico e o tratamento destes pacientes com doenças renais, que em sua maioria evoluem para DRC, necessitando de transplante.

5.4- No decorrer destes anos, observamos um maior volume desta demanda, onde 40% das crianças que aguardam procedimentos cirúrgicos no hospital são pacientes com patologias urológicas, o que nos leva ao propósito de implantar um serviço estruturado para uma assistência segura e de qualidade para as crianças paraenses.

5.5- O transplante renal adulto e pediátrico é essencial devido aos benefícios clínicos, econômicos e sociais em relação à diálise. Estudos mostram que pacientes transplantados apresentam uma sobrevida significativamente maior, com taxas de sobrevida em 5 anos de até 80% a 90% em receptores de rim de doadores falecidos ou vivos. Adicionalmente, o transplante reduz custos para os sistemas de saúde: enquanto a diálise demanda gastos contínuos elevados, o transplante implica custos iniciais elevados, mas menores a longo prazo. Já se realiza o procedimento pediátrico, no entanto, temos uma grande demanda de pacientes adultos aguardando o procedimento de transplante renal que atualmente necessitam de terapia renal substitutiva ou já estão em fase pré-dialítica e poderiam se beneficiar de tal procedimento. O transplante renal leva a melhora na qualidade de vida, reduz a morbimortalidade destes pacientes, que muitas vezes cursam com comorbidades de difícil controle quando associadas à doença renal crônica dialítica e pré-dialítica.

5.6- Levando-se em consideração que já se possui a expertise na realização de procedimentos pediátricos e já se possui o credenciamento para a realização dos transplantes adultos e pediátricos é evidente o ganho que este público terá com a implantação do transplante renal nesta instituição.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

## CLÁUSULA SEXTA - DO CRITÉRIO DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do relatório de evolução do paciente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2 O contratante realizará inspeção dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços prestados e constatar possíveis inconsistências ou irregularidades..

6.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, podendo resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos à contratada.

6.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços executados, mediante termo detalhado.

6.5 Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, a CONTRATADA será formalmente notificada para realização das correções necessárias.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica e éticoprofissional da CONTRATADA pela perfeita execução contratual.

6.7 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- apresentação de relatório consolidado contendo evidências dos serviços prestados, incluindo nome do paciente, procedimentos realizados, data de atendimento e número do prontuário;
- validação do relatório final pela fiscalização do contrato;
- cumprimento das metas mínimas de produção previstas neste Termo de Referência;
- conformidade das escalas médicas e multiprofissionais apresentadas;
- regularidade da documentação fiscal e trabalhista da contratada..

6.8 O pagamento será realizado mediante validação do relatório final dos serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização do contrato.



## CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO, DO LOCAL E HORÁRIO

### 7.1- Da Execução do objeto:

7.1.1. O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços à CONTRATANTE nos dias e horários convencionados de acordo com escalas estabelecidas pelos Serviços da Instituição, sendo que a escala deverá ser encaminhada prévia e mensalmente a esta Fundação com nome completo dos médicos e número da inscrição no Conselho Regional de Medicina;

7.1.2. Designar profissionais que mantenham vínculo com a CONTRATADA para a realização de serviços objeto deste contrato, mediante prévio credenciamento junto a CONTRATANTE.



 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

7.1.3. Participar sem ônus, quando solicitado, de toda e qualquer iniciativa do Hospital no que diz respeito a programas, ações, campanhas, e outros, em relação às políticas públicas de saúde em que o Hospital esteja inserido tanto a nível local, regional, estadual ou nacional, inclusive de Programa de Residência Médica. Participar quando convidada ou convocada de todos os projetos e ações em implementadas pelo Hospital no que diz respeito a treinamentos, melhorias de padrões de atendimento, programas de qualidade, residência médica, padronizações e normalizações de rotinas;

7.1.4. A Contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, a ser comprovada mediante documentação de habilitação técnica prevista neste Termo de Referência.

7.1.5. A execução dos serviços deverá iniciar a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme definido pela Administração.

7.1.6. Assistência para procedimentos de urgência e emergência conforme demanda. A contratada deverá disponibilizar profissional para substituição, nos casos de ausência do profissional efetivo, quando solicitado pela contratante.

7.1.7 Executar o serviço contratado, prestando bom serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

7.1.8 Seguir o fluxo de agendamento de consultas da Coordenação do Ambulatório.



7.1.9 Seguir o fluxo de agendamento dos procedimentos cirúrgicos em conjunto com o Núcleo Interno de Regulação (NIR) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará e escalar cirurgiões de acordo com a agenda cirúrgica.

7.1.10 Realizar cobertura de sobreaviso e intercorrências conforme demanda.

7.1.11 Apresentar mensalmente para conhecimento até o 20º dia do mês, as escalas de plantão da cobertura dos serviços a executar no mês subsequente, e em caso de imprevisto, repor profissional médico até 24hs antes da data do sobreaviso e/ou procedimento cirúrgico.

7.1.12 A escala referida deverá ser atestada mensalmente pela execução do serviço.

7.1.13 Comprovar perante a contratante, na época própria, a manutenção do atendimento dos requisitos legais de seu funcionamento, junto aos órgãos de fiscalização competentes, apresentando na primeira oportunidade as licenças que se fizerem necessárias ao desempenho de suas atividades.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

7.1.14 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE e as das pessoas, funcionários ou particulares que frequentam as dependências desta, podendo os prejuízos serem ressarcidos do pagamento a que ela faz jus.

7.1.15 Assumir o ônus e as responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

7.1.16 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos, enquanto perdurar a vigência deste instrumento.

7.1.17 Selecionar os profissionais que prestarão os serviços verificando se estes estão devidamente regulares junto ao Conselho de Classe, bem como credenciados para a prática médica na especialidade contratada e através de experiência comprovada na área de transplante renal e nefrologia.

7.1.18 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA.

7.1.19 Atender às normas da RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011, da ANVISA que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

## 7.2- Do Local:

7.2.1 Os serviços serão executados nas dependências da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA, situada na Rua Oliveira Belo, nº 395, Bairro Umarizal, CEP 66.050-380, Belém/PA, bem como em outros ambientes assistenciais vinculados ao programa de transplante renal, quando necessário à execução dos serviços e ao atendimento dos pacientes.



## 7.3- Da Prestação dos Serviços:

7.3.1- O serviço será prestado nos dias e horas convencionados de acordo com escalas estabelecidas pelos Serviços da Instituição, sendo que a escala deverá ser encaminhada prévia e mensalmente à esta Fundação com nome completo dos médicos e número de inscrição no CRM.

## CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E DA VIGÊNCIA

8.1- O valor estimado do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8.2- Estão incluídos no preço referente a venda do produto todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes, e demais despesas necessárias a satisfatória execução do presente contrato, constante na cláusula primeira.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

8.3- Em caso de prorrogação de prazo, o valor do contrato poderá sofrer reajuste, sendo aplicado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/21, com análise prévia dos setores contábil, orçamentário e jurídico da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1- Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.1507.8288 e 10.302.1507.2324**

**FONTES DE RECURSOS:** 01500100203-000000, 01501000001-013373, 01501000061-000000, 01659000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-003264, 01659000069-006841, 01659000069-006842, 01659000069-006962, 01659000069-008053, 01659000069-008054, 01659000069-008067, 01659000069-008100, 01659000069-008101, 01659000069-008102, 01659000069-008239, 01659000069-009829, 01659000069-011825, 01659000069-012736, 01659000069-006653, 01659000069-009936, 01600000049-013571, 01600000049-006653, 01600000049-001609, 01600311049-012529, 01600000049-009936, 01600311049-012529, 02600000049-002648, 02600312049-011801 e seus respectivos superavits

**ELEMENTOS DE DESPESA: 339039**

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1 A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 dias, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.

10.2 A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

10.3 Os pagamentos observarão os fluxos financeiros e habilitações pertinentes ao financiamento federal dos procedimentos transplantadores.

10.4 Para fins de pagamento dos transplantes realizados, será considerado o valor unitário correspondente a cada procedimento executado, conforme descrito na Tabela 1 deste Termo de Referência, observando-se os valores previstos na Tabela SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, disponível em: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/publicados/consultar>

10.4.1 Para remuneração dos serviços profissionais especializados, será aplicado fator multiplicador de 1,5 (um vírgula cinco) sobre os valores de referência previstos na tabela SIGTAP, considerando a complexidade assistencial, a especificidade técnica dos procedimentos transplantadores e a necessidade de manutenção da continuidade da assistência especializada no âmbito da FSCMPA.

10.5 O contrato será celebrado por valor global mensal, conforme estipulado no objeto da licitação. No entanto, o pagamento efetivo ao prestador estará condicionado à produção apresentada, conforme os



parâmetros mínimos definidos na Tabela 1 abaixo. Caso a empresa contratada não atinja a produção mínima esperada, o pagamento será realizado proporcionalmente, de acordo com a produção aferida no período e os percentuais de equivalência definidos.

**Tabela 1 – Faixas de Produção e Percentual de Pagamento**

PRODUÇÃO REALIZADA (Consultas/Visitas)		PERCENTUAL DE PAGAMENTO
Menor que 3.800	Menor que 380	50%
De 3.800 a 6.080	De 380 a 608	80%
Acima de 6.080	Acima de 608	100%

Observação: Será considerada a produção total mensal da equipe médica e da equipe multidisciplinar, sendo que 1 ponto equivale a 10 consultas e/ou 10 visitas realizadas por qualquer uma dessas equipes. A produção estimada corresponde a 7.600 (sete mil e seiscentos) consultas/visitas anuais, totalizando 760 pontos para efeito de cálculo do valor global previsto.



10.6 A escolha deste modelo de pagamento em score, na necessidade de assegurar o atendimento aos critérios técnicos de qualidade exigidos, considerando a complexidade da operação e a natureza especializada do serviço a ser prestado. Este formato permite aferir o desempenho com base em indicadores de qualidade e produtividade, assegurando que a remuneração esteja vinculada ao efetivo cumprimento das metas pactuadas, à segurança assistencial e à excelência na prestação dos serviços, em conformidade com os parâmetros previamente estabelecidos.

10.7 O pagamento será efetuado mensalmente, após o aceite do Fiscal Técnico e o atesto do Gestor do Contrato na Nota Fiscal/Fatura, relativos aos serviços efetivamente executados no período e mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Relatório Mensal dos Serviços Executados, de acordo com as condições, níveis de serviço e preços ajustados no Contrato.

10.8 Caso a conta bancária da CONTRATADA a ser informada não seja pertencente ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARA será descontado do valor a ser pago a esta, o custo da transferência bancária da importância a que a mesma faz direito, a ser creditada em sua conta corrente pertencente a outra instituição financeira.

10.9 Caso haja alguma irregularidade detectada pela CONTRATANTE na quantidade ou especificação dos produtos/serviços entregues pela CONTRATADA aquela reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências apontadas hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

10.10 Na oportunidade do pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação da licitação, conforme estabelece o artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo comprovar a sua atual regularidade com as fazendas públicas federal, estadual e municipal, com o INSS e com o FGTS.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

10.11 Desde já fica acordado que o comprovante de depósito bancário constituirá documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes desta compra direta;

10.12 Não poderá ser pleiteado acréscimo de preços sob a alegação de falhas, omissões ou inexigibilidade de qualquer natureza, entendendo-se como previsto no preço ofertado, todos os custos de execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Realizar os serviços atendendo plena e satisfatoriamente às especificações constantes neste Termo de Referência.

11.2 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre os serviços realizados.

11.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais empregados, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

11.5 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA.

11.6 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações e quaisquer outras decorrentes da execução contratual, inexistindo vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

11.7 Manter sempre atualizados endereço, telefone, e-mail e demais meios de contato junto à CONTRATANTE.

11.8 Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

11.9 Cumprir integralmente as normas técnicas, assistenciais, sanitárias e regulatórias aplicáveis aos serviços de transplante renal e assistência multiprofissional.



11.10 Garantir a substituição imediata dos profissionais ausentes, evitando descontinuidade da assistência.

11.11 Observar as diretrizes da RDC nº 63/2011 da ANVISA e demais normas aplicáveis aos serviços de saúde.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1 Compete à contratante efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

12.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

12.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

12.4 Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à entrega do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras citadas e outras que venham a ser emitidas mesmo após a assinatura do contrato.

12.5 A CONTRATANTE reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através de um representante especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados.



12.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÃO

13.1- À CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente contrato, é vedado:

- Fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE;
- Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- Receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- Contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente contrato;
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da CONTRATADA, ou emitir informações inverídicas à fiscalização;

13.2- A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

13.3- A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato;

13.4- Obriga-se a CONTRATADA na execução do presente contrato a informar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção;

13.5- O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE a prerrogativa de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento;



13.6- A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais;

13.7- As presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

14.1- A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação na CONTRATANTE;
- os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

- f) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

14.2- A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Estado do Pará, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3- O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4- A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

14.5- A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE, quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da FSCMPA ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

14.6- A CONTRATADA manterá contato formal com a CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.7- A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços, objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



14.8- Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1- O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;



 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato.

15.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.3- O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará o fornecedor à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 162 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

- a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;
- b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada no item "a" supra;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

15.4- Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua extinção.

15.5- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

15.6- A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO

16.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a empresa contratada as sanções decorrentes do art. 155 c/c art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.2- A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposição do art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO

17.1- Constituem motivo para extinção do Contrato nos termos do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar

## CONTRATO

- e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2- Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.3- Nos termos do art. 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO

18.1- Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:



- I - Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026/FSCMPA.
- II – Termo de Referência
- III - Proposta da CONTRATADA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 120, da Lei Federal nº14.133/2021, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 121, da mesma Lei.

19.2- Não serão admitidas a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, assim como a associação da CONTRATADA com outrem, como também a fusão, cisão ou a incorporação, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra Empresa.

19.3- O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1- A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei Federal nº14.133/2021.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

21.1- A fiscalização do Contrato ficará a cargo de servidores que serão nomeados através de Portaria de nomeação de fiscais.

21.2- A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico, o qual será nomeado por portaria, representando a CONTRATANTE, a quem deverá ser dirigida qualquer solicitação da CONTRATADA. Ao Fiscal Técnico caberá esclarecer eventuais dúvidas que surgirem durante a prestação dos serviços e de tudo dará ciência à CONTRATADA, para fiel execução contratual durante toda a vigência do contrato, consoante os termos do art.117, da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações;

21.3- A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

21.4- A presença da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

21.5- Sobrevindo a necessidade de nova alteração de fiscais contratuais, a CONTRATANTE o fará por meio de Portaria.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1- O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determina o artigo 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1- Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.2- E, para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

Belém-PA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**BRUNO MENDES CARMONA**  
PRESIDENTE  
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ  
CONTRATANTE

**Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento**

Página 16 de 17



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

GERÊNCIA DE CONTRATOS



## CONTRATO

\_\_\_\_\_  
**REPRESENTANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

MANUSCRIPTA

**Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento**

Página 17 de 17

Rua Oliveira Belo, 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP 66050-380 – Tel (091) 3251-7430

[contratos@santacasa.pa.gov.br](mailto:contratos@santacasa.pa.gov.br)

CNPJ: 04.929.345/0001-85



## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2026/2789120

**Anexo/Sequencial:** 37

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.*

### **Assinatura(s) do Documento:**

**Assinado eletronicamente por:** Martha Goretti Gonçalves Campello,

**CPF:** \*\*\*.238.512-\*\*

**Em:** 10/06/2026 11:46:38

**Aut. Assinatura:** ec9a9eaf1897594538a7ff60e2aa423db6ab1772c001d60a8c5d701d7decc7d9



**Identificador de autenticação:** 04fdf099-c0e0-4492-95e6-b61c6c4c77d6

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>